

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	9
LISTA DE TABELAS	11
LISTA DE FIGURAS	13
PREFÁCIO	15
NOTAS INICIAIS	23

1

INTRODUÇÃO	25
-------------------------	----

2

ITINERÁRIO DO CONTROLE DISCIPLINAR	29
2.1. PREMISSAS METODOLÓGICAS	29
2.2. O CONTROLE DISCIPLINAR E OS VENTOS MODERNOS.....	33
2.3. O CONTROLE FISCALIZADOR DA COROA.....	53
2.4. O IMPÉRIO E A FALACIOSA INDEPENDÊNCIA JUDICIAL.....	67
2.5. O PERÍODO REPUBLICANO E A INSPEÇÃO “SUPREMA”	73
2.6. O CONTROLE DA INDEPENDÊNCIA E A INSTABILIDADE DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS	77
2.7. A LEI ORGÂNICA E AS DISPOSIÇÕES DISCIPLINARES	83
2.8. O CONTROLE DISCIPLINAR PÓS-CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	86
2.9. O SISTEMA TRÍPLICE DE GARANTIAS	104

3

ÓRGÃOS DISCIPLINARES	111
3.1. CONSELHOS DA MAGISTRATURA	111
3.1.1. Considerações iniciais	111

3.1.2. <i>Conseil Supérieur de la Magistratura</i>	113
3.1.3. Consiglio Superiore della Magistratura	119
3.2. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	123
3.2.1. Criação e composição	123
3.2.2. Atribuições constitucionais	127
3.2.2.1. Atividade correccional	129
3.2.2.2. Atividade regulatória.....	131
3.2.2.3. Gestão de dados	138
3.2.2.4. Coordenação das Corregedorias	140
3.2.2.5. Inspeções e correções.....	143
3.2.2.6. Correição parcial.....	145
3.3. VINTE ANOS DEPOIS: FUNÇÃO DISCIPLINAR REDUZIDA?	149
3.4. CORREGEDORIAS-GERAIS OU LOCAIS	151
3.5. CONSELHO DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO PARANÁ.....	155

4

O PAPEL SEDUTOR DA INDEPENDÊNCIA JUDICIAL	159
4.1. INDEPENDÊNCIA SOB A PERSPECTIVA GLOBAL	159
4.2. INDEPENDÊNCIA JUDICIAL NA ÓRBITA NACIONAL	172
4.2.1. A independência judicial e os valores pessoais.....	173
4.2.2. A independência, pressões e ameaças	177
4.3. A INDEPENDÊNCIA E AS RESTRIÇÕES.....	178
4.4. INDEPENDÊNCIA MONITORADA: DIREITO SANCIONADOR.....	180
4.5. RESPONSABILIDADE DOS JUÍZES IRRESPONSÁVEIS DE CAPPELLETTI.....	185

5

CONTROLE DISCIPLINAR E ACCOUNTABILITY	199
5.1. JULGANDO A NÓS MESMOS.....	199
5.2. NOÇÕES DE ACCOUNTABILITY.....	202
5.3. ACCOUNTABILITY NO PODER JUDICIÁRIO	212
5.3.1. <i>Accountability</i> jurisdicional	215
5.3.2. <i>Accountability</i> nos órgãos disciplinares.....	223
5.4. O CONTROLE DISCIPLINAR DO ATO JUDICIAL	236

5.4.1. A eterna dicotomia entre <i>accountability</i> e independência judicial ..	237
5.4.2. Limites do controle administrativo-disciplinar.....	240
5.4.2.1. Competência administrativa <i>versus</i> competência judicial	240
5.4.2.2. Reclamação Disciplinar (RD) contra matéria de índole judicial.....	244
5.4.2.3. Reclamação Disciplinar (RD) como supedâneo de recurso	257
5.4.2.4. A zona limítrofe entre o erro e a falta disciplinar.....	261
5.4.2.5. Questão judicializada	263
5.4.3. Incursões na atividade jurisdicional para análise de questões disciplinares	268
5.4.3.1. A apreciação da questão disciplinar perpassa pela atuação jurisdicional.....	268
5.4.3.2. O órgão disciplinar e o enfrentamento de decisões judiciais propriamente ditas	274
5.4.3.3. Alteração ou suspensão de ato judicial pela via disciplinar.....	284
5.4.3.4. Panorama dos Processos Administrativos Disciplinares (PADs).....	294
NOTAS FINAIS	319
REFERÊNCIAS	325